

CADERNO DE DEBATE
AGENDA 21
E SUSTENTABILIDADE

**A AGENDA 21, O SEMI-ÁRIDO E
A LUTA CONTRA A DESERTIFICAÇÃO**

Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Políticas para
o Desenvolvimento Sustentável

República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva - Presidente do Brasil

José Alencar Gomes da Silva - Vice-Presidente do Brasil

Ministério do Meio Ambiente

Marina Silva - Ministra do Meio Ambiente

Cláudio Langone - Secretário Executivo

Gilney Amorim Viana - Secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

Roberto Vizentin - Diretor de Programa

Pedro Ivo de Souza Batista - Coordenador da Agenda 21

Equipe Agenda 21

Antonio Carlo Brandão

Ary da Silva Martini

Eveline Barros Leal

Karla Matos

Kelly Anne Campos Aranha

Leonardo Cabral

Luciana Chueke Pureza

Marcia Facchina

Michelle Silva Milhomem

Patrícia Kranz

Pedro Ivo de Souza Batista

Raquel Monti Henkin

Diagramação

Ana Vilma Dias de Lucena Silveira

Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

Coordenação da Agenda 21

Esplanada dos Ministérios - Bloco B

Sala 830 - 8º andar

70068-900 - Brasília DF

Tel.: 55 61 317-1142

Fax: 55 61 226-7047

Site: <http://www.mma.gov.br>

e-mail: agenda21@mma.gov.br

APRESENTAÇÃO

A Coordenação da Agenda 21 da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente apresenta o sexto número da série Caderno de Debate Agenda 21 e Sustentabilidade, no marco de dez anos da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, CCD+10.

A contribuição é da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais, que assume no âmbito do Congresso Nacional o desafio de enraizar o tema desertificação nas políticas públicas federal, estaduais e municipais.

Consideramos que o envolvimento do Legislativo é fundamental na construção de sociedades sustentáveis e seu padrão de relacionamento com o meio ambiente, na medida que o desempenho parlamentar seja para estimular e garantir a gestão participativa, com participação ativa da sociedade, um dos fundamentos do processo de construção dos programas Agenda 21 e Combate à Desertificação.

Nesse sentido, o debate aqui proposto torna-se uma contribuição importante para a aproximação do Legislativo com a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira CPDS, que tem entre as suas competências promover articulação com a Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais, ambos comprometidos em propor estratégias de desenvolvimento sustentável. Isto porque temos a clareza de que a CPDS, para ser um instrumento do desenvolvimento sustentável, do governo e da sociedade brasileira, tem compromisso não só de acompanhar a implementação da Agenda 21 Brasileira, a construção das agendas locais e outras iniciativas setoriais, como também qualificar os processos reconhecendo aqueles que estão orientados pelos princípios da sustentabilidade, e indicam as mudanças processadas nas comunidades e no seu padrão de interação com o meio ambiente.

Boa leitura e vamos ao debate!

Gilney Amorim Viana

Secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

Pedro Ivo Souza Batista

Coordenador da Agenda 21

INTRODUÇÃO

A Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e apoio às Agendas 21 Locais congrega parlamentares das duas casas do Congresso Nacional. Os parlamentares têm a missão de promover diálogos com as comunidades e o governo, através de seminários e audiências públicas, bem como a força para envolver os diversos setores da sociedade e fazer a mediação entre o povo e o Poder, votando e submetendo projetos de lei. Na ocasião em que acontecem os encontros de avaliação dos acordos internacionais da RIO+10 e CCD+10, assumimos mais uma missão: a de contribuir para a construção e implementação da agenda do desenvolvimento sustentável para o Brasil.

Pensamos, então, que estamos na direção destes objetivos, porque contamos com a vitória da ampliação da participação da sociedade nas políticas públicas, tendo no plano orçamentário do governo federal dois programas com ações para promover a conscientização dos graves problemas de desequilíbrio ecológico-econômico e sócio-ambiental local que afetam o planeta: Agenda 21 e Combate à Desertificação.

A Agenda 21 e Combate à Desertificação são, portanto, programas que integram ações prioritárias do governo. A Agenda 21 tem ações programadas para implementação da Agenda 21 Brasileira; apoio às Agendas 21 Locais; e formação continuada em Agenda 21 Local. O Programa de Combate à Desertificação, com o objetivo específico de reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação, tem ações programadas para Capacitação de Agentes Multiplicadores Locais para Combate à Desertificação; e fomento a projetos de Combate à Desertificação.

Para apoiar a implementação desses programas, a Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e apoio às Agendas 21 Locais estimula a participação em fóruns democráticos na promoção de debates para envolver governos locais, nacional e a sociedade brasileira. Os debates temáticos, bem como avaliações sobre os impactos dos programas governamentais nas políticas públicas, tem o objetivo de envolver toda a sociedade brasileira no caminho do desenvolvimento sustentável.

A nossa colaboração na série Caderno de Debate Agenda 21 e Sustentabilidade, através do texto do Deputado Federal (PT/CE) João Alfredo Telles Melo, Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais e membro do Grupo de Trabalho Parlamentar de Combate à Desertificação da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, muito nos honra e aproxima das realizações da Coordenação da Agenda 21 da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável,

abrindo um espaço de excelência para conjugar debates importantes sobre questões estratégicas pautadas na agenda do desenvolvimento sustentável do país.

Senadora Serys Silhessarenko (PT/MT)

Presidente da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e apoio às Agendas 21 Locais

A Agenda 21, o Semi-Árido e a Luta Contra a Desertificação

O Desenvolvimento Sustentável

Casar “desenvolvimento e meio ambiente” é um compromisso histórico que tem suas bases construídas através de um longo debate internacional a respeito dos limites e das condições do crescimento econômico, da conceituação de ecodesenvolvimento, da definição dos princípios de sustentabilidade, que culminou na universalização do termo “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”.

Os debates em torno do ecodesenvolvimento, que abriram espaço ao conceito de desenvolvimento sustentável, concentram-se em seis aspectos: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e programas de educação.

Conceitualmente o “Desenvolvimento Sustentável” trata de um novo modelo de civilização, construído coletivamente, para mudar o padrão de desenvolvimento, com adoção de princípios éticos, de forma que atenda às necessidades básicas atuais, sem prejuízo para as futuras gerações, estabelecendo um contínuo melhoramento da qualidade de vida das comunidades, criando e implementando soluções para combater a degradação ambiental e as desigualdades econômicas e sociais, em que as medidas são aplicadas em uma balança de três pratos - justiça social, proteção ambiental e eficiência econômica.

A novidade é que a qualidade de vida, antes restrita ao componente “crescimento econômico”, passa a incorporar outros elementos, tais como qualidade ambiental, fortalecimento institucional, educação, saúde, participação social e cidadania.

Em meio a esse debate, a Agenda 21 surge como um instrumento de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, de construção e implementação coletiva - com participação de todos os segmentos da sociedade, compartilhando responsabilidades na consolidação dos planos de ação governamental.

Como ferramenta de planejamento, a Agenda 21 combina princípios e métodos de planejamento estratégico, participativo e ecológico-econômico, o que a torna um instrumento importante para a consolidação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PANBRASIL para o SEMI-ÁRIDO.

O Brasil é signatário da Agenda 21 Global e da CCD

Decorre do acordo internacional firmado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992 (RIO 92), o compromisso do Brasil de pautar nas políticas públicas o combate à degradação ambiental e medidas mitigadoras para prevenir maiores desequilíbrios ecológicos.

Dois resultados desse acordo internacional foram de suma importância para o semi-árido brasileiro: primeiro a consolidação do documento Agenda 21 Global, no qual a Luta Contra a Desertificação e Efeitos da Seca é um capítulo de máxima importância (Capítulo 12) para a estratégia de diminuir a pobreza e melhorar a qualidade de vida de milhões de pessoas que vivem em ecossistemas frágeis; e, segundo, a criação, em 1994, da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - CCD, da qual o Brasil é signatário desde 1997.

A Agenda 21 Brasileira

A Agenda Global assumida pelo Brasil na RIO92, resultado da força dos movimentos sociais e ambientalistas, teve como consequência a formação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Nacional CPDS que internalizou as discussões sobre Desenvolvimento Sustentável e iniciou o processo de construção da Agenda 21 Brasileira.

Em 2002, a Agenda 21 Brasileira foi concluída e durante o encontro da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável RIO+10, foi apresentada à comunidade internacional. A Agenda 21 Brasileira tem 5 linhas estratégicas e 21 ações prioritárias, que deverão ser implementadas por meio de políticas públicas, propostas e formuladas em fóruns democráticos de Agendas 21 Local, que estão sendo incentivados em todo o território nacional, com formação de agentes regionais.

O atual governo tem como meta realizar as ações da Agenda 21 Brasileira, dando início ao processo de implementação, lançando-a como Programa Nacional, com previsão orçamentária no Plano Plurianual da União (PPA 2004-2007). Dessa forma, estabelece as bases para uma ampla participação da sociedade civil organizada na formulação das políticas públicas para construção do modelo de desenvolvimento sustentável. Sinaliza dando posse a uma nova CPDS, agora ampliada para aumentar a participação, para 17 membros do governo e 17 da sociedade civil. O governo também tem orientado os programas para integrar ações, de modo a convergirem na construção do modelo de desenvolvimento sustentável para o país.

A transversalidade é um dos princípios da Agenda 21

Em 2003, o Congresso Nacional constituiu, por iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), a Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais, por ela presidida, com a missão de promover a transversalidade de temas prioritários nacionais nos programas de ação governamental.

Posteriormente, por requerimento do Deputado Edson Duarte (PV/BA), é constituído na Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável um Grupo de Trabalho Parlamentar - GT, voltado para o tema da Desertificação, por ele coordenado. Formado por cinco parlamentares de partidos políticos diferentes, este GT tem por objetivo principal “promover maior capilaridade no processo de criação e implementação da Política Nacional de Combate à Desertificação, por meio da ampliação das discussões do tema na Câmara Federal e do apoio à constituição de redes de parlamentares no âmbito das Unidades Federativas”.

Assim como a Agenda 21, o programa de Combate à Desertificação vem sendo elaborado sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente - MMA, mas o Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAN BRASIL para o SEMI-ÁRIDO, envolve vários outros Ministérios e órgãos públicos, tais como: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Integração Nacional (MIN), Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), Banco de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil (BNB), entre outros.

O PAN Brasil tem hoje caráter prioritário no âmbito do Governo Federal e demanda ações pró-ativas para o alcance de metas de redução das áreas em processo de desertificação, assim como de redução da pobreza no semi-árido brasileiro.

É no contexto de uma década de luta contra a desertificação, portanto, na ocasião da CCD+10, que a Frente Parlamentar apresenta uma abordagem dos temas referentes ao desenvolvimento sustentável e ao combate à desertificação, para aplicar o princípio da transversalidade, fortalecendo as discussões em fóruns processo já desencadeado através de grupos de trabalho, comissões temáticas, oficinas, encontros e workshops nacionais. O compromisso maior do Grupo de Trabalho Parlamentar GT/Desertificação é contribuir com o debate a respeito do PAN - Brasil para o SEMI-ÁRIDO e propor mecanismos para sua real implementação.

Planos de Ação Nacionais - O PAN Brasil para o Semi-árido

A Convenção de Combate à Desertificação - CCD estabelece como um dos fundamentos para o Desenvolvimento Sustentável a elaboração de programas nacionais segundo a proposta da Agenda 21, em seu Capítulo 12, de Manejo de Ecossistemas Frágeis na Luta Contra a Desertificação e (efeitos da) Seca. Isto porque algumas áreas no planeta apresentam índices de umidade do solo muito baixo, que estão na categoria de Índice de Aridez.

Esse índice relaciona o volume da precipitação ao da evapotranspiração: as áreas com índice entre 0,03 a 0,20 são classificadas como Áridas; entre 0,21 e 0,50 Semi-Áridas; e entre 0,51 e 0,65, Sub-Úmidas Secas. Essas áreas apresentam susceptibilidade aos processos de desertificação, por ação da variação climática e das atividades humanas que intensificam o grau de fragilidade dos ecossistemas.

O Plano de Ação Nacional - PAN BRASIL para o SEMI-ÁRIDO tem como objetivo conhecer estes ecossistemas frágeis, em seus aspectos físicos, biológicos, sócio-econômicos, para compreender os problemas de degradação decorrentes das atividades humanas, bem como aqueles causados por variações climáticas que provocam as secas.

PAN BRASIL para o SEMI-ÁRIDO considera os seguintes princípios fundamentais que orientam os programas nacionais, estabelecidos pela CCD:

- combater a desertificação e os efeitos da seca em uma abordagem consistente com a Agenda 21 e visando a realização do desenvolvimento sustentável das áreas afetadas;
- incentivar a elaboração de Planos de Ação Nacionais construídos e implementados com a participação da população e das comunidades;
- construir uma base de conhecimento para a elaboração dos Planos de Ação Nacionais, abordando os aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos dos problemas, integrando as estratégias de erradicação da pobreza nos esforços de combate à desertificação;
- promover a conscientização e a participação da população (particularmente mulheres e jovens) e das organizações da sociedade civil nos esforços do combate a desertificação.

O estímulo e a promoção da participação popular, por meio da educação ambiental para a formação de uma cultura adequada de manejo dos recursos naturais, e a efetiva prevenção dos efeitos da seca, visando o controle da desertificação, são outros elementos exigidos no processo de construção e elaboração dos planos de ação para a região semi-árida do Brasil.

Para tanto, o PAN BRASIL para o SEMI-ÁRIDO propõe:

- o desenvolvimento de sistemas de informação e monitoramento para as regiões propensas à desertificação e seca;
- a integração de estratégias para proteção dos recursos naturais - atividades de conservação do solo, florestamento e reflorestamento e proteção de ambientes que devem ser intocáveis, para que possam garantir a capacidade de suporte dos ambientes que permitem uso controlado, e assim conservar a qualidade ambiental para as atividades humanas;
- sistemas alternativos de subsistência em áreas propensas à desertificação.

É esperado que estes planos nacionais integrem os programas de desenvolvimento, de forma abrangente e estejam expressos nas diretrizes de planejamento ambiental de âmbito nacional, para que se criem mecanismos de preparação para períodos de seca e para a mitigação dos seus efeitos, incluindo programas voltados para enfrentar problemas dos refugiados ambientais, entre estes os retirantes, com dispositivos de socorro emergencial.

O plano, na forma como consta na previsão orçamentária nacional (Plano Plurianual PPA 2004-2007), já está sendo desenvolvido por meio de reuniões, encontros e seminários, ampliando a participação da comunidade internacional, latino-americana e brasileira - governantes, parlamentares, interessados, atingidos, colaboradores, cientistas e especialistas - a fim de promover a conscientização do grave problema que atinge 42% da população do nordeste, 11% da população do Brasil, bem como a construção das metas do programa. Esforços estão sendo empreendidos para identificar os fatores que contribuem para a ocorrência do fenômeno da desertificação, integrar estratégias de erradicação da pobreza em áreas atingidas e viabilizar medidas práticas para conter o avanço da desertificação.

As bases de elaboração e implementação do plano de ação nacional têm suporte na execução da política socioambiental proposta no programa de governo, tais como: “Convivendo com o Semi-Árido” e demais programas prioritários como Água Vida, Educação Ambiental, Biodiversidade, Reforma Agrária Sustentável, entre outros, em que destacamos a Agenda 21. Assim, envolve temáticas de redução de pobreza e da desigualdade social, ampliação sustentável da capacidade produtiva, preservação, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais, com especial atenção às áreas protegidas e recursos florestais.

Em suas dimensões estratégicas, o plano de ação deverá integrar os programas Zoneamento Ecológico-Econômico ZEE e Agenda 21, para formulação de políticas públicas que incidem nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

Os produtos extraídos das articulações com o executivo nacional, estadual e sociedade civil, contando com o êxito da dinâmica de participação e formação de parcerias, deverão incidir em Pontos Focais, cuja definição dependerá de decisão conjunta de governos e sociedade civil, resultando nas propostas de ação, com estimativa orçamentária.

A Frente Parlamentar representada no GT de Desertificação da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara Federal discutirá a escolha de Pontos Focais no parlamento nacional, com o compromisso de promover a escolha dos Pontos Focais nos parlamentos estaduais. Esses resultados serão apresentados em Conferência Nacional para iniciar o processo de financiamento e implementação do PAN BRASIL para o SEMI-ÁRIDO.

Os desafios do Combate à Desertificação

Em seminário intitulado “Plano Nacional de Florestas, o Combate à Desertificação e Agricultura Familiar”, realizado recentemente em Fortaleza, no Estado do Ceará, no dia 2 de abril de 2004, voltado a subsidiar a elaboração do PAN - Brasil, expositores e debatedores expressaram suas preocupações acerca de velhos e conhecidos problemas conjunturais nacionais, regionais e locais, como: a cultura de derrubada e queimada da Caatinga; a ausência de aporte tecnológico, de capacitação e financiamento; a necessidade de acompanhamento na aplicação de recursos transferidos para os Estados; a incapacidade dos beneficiários de saldar dívidas; a especulação imobiliária; a qualidade dos recursos naturais no solo; a salinidade da água.

Também foi discutida a nova política nacional de apoio à assistência técnica, extensão e educação rural, que pretende ampliar o potencial produtivo e otimizar a convivência com as condições regionais, e para tanto, conta com créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF para financiamento da produção e geração de renda e agregação de valor. Para a região Semi-Árida temos o PRONAF FLORESTAL e SEMI-ÁRIDO, este voltado para atender demandas de infra-estrutura hídrica, PRONAF para Reservas Extrativistas - RESEX, PRONAF AGROECOLOGIA e outros para agricultura familiar.

No entanto, algumas indagações permanecem ainda como desafios nessa luta, como por exemplo: Qual a alternativa para o manejo florestal sustentável? Quando teremos escolas agrícolas para educação, pesquisa, capacitação e extensão? Como exercer o acompanhamento das políticas públicas para discutir as linhas de crédito e fiscalizar as aplicações de recursos financeiros e tecnológicos?

Um programa não poderá responder de imediato a todas essas questões, mas deverá indicar as condições, as bases e as alianças necessárias para que as políticas nacionais contemplem tais questionamentos e promovam um planejamento para implementação de ações efetivas de curto, médio e longo prazo.

O senso comum entre os atores que participam da elaboração do PAN - Brasil para o SEMI-ÁRIDO é o fato que parte das respostas às inquietudes quanto à efetividade das ações oficiais de combate à desertificação assenta-se no controle social. Portanto, quanto maior participação ativa para realizar ações em parceria, maior a eficiência e eficácia das ações públicas. Estratégias de Implementação

As oportunidades de envolver a sociedade civil, parlamentares, técnicos, executivos e consultores nesses debates, têm demonstrado que a estratégia de formação de fóruns e criação de comissões temáticas para análise de situações atuais e futuras, renderá propostas de ação. Ainda mais, o envolvimento de um grupo tão extenso de atores deverá promover um processo de enraizamento do tema desertificação tanto no âmbito das políticas públicas federal, estaduais e municipais, como nas diversas ações desencadeadas pelas organizações da sociedade civil.

Portanto, apresentam-se como estratégias de implementação do PAN - Brasil para o SEMI-ÁRIDO ações integradas de outros programas nacionais orientados para o desenvolvimento sustentável, como Agenda 21 para construção de indicadores de sustentabilidade e ZEE para indicação de potencialidades territoriais, podendo identificar unidades demonstrativas para a elaboração de um sistema nacional de planejamento de agricultura familiar.

A realização de intercâmbios para troca de experiência é fundamental para divulgação e assimilação de técnicas e métodos de manejo. Poderá se dar através de seminários regionais com visitação dos campos experimentais de êxito reconhecido, principalmente para ampliar os conhecimentos dos gerentes das agências financiadoras e proponentes de projetos de financiamento. Dessa maneira, estes atores poderão conhecer o alcance das metas de desenvolvimento sustentável e agregar valores às proposições formuladas visando à consecução dos objetivos dos programas nacionais.

Ações pró-ativas de incentivo ao ecoturismo e agroturismo, aprovadas em fórum de Agendas 21 Locais, também poderão contribuir no planejamento local do desenvolvimento sustentável, para estimular a diversificação das atividades produtivas em pequenos campos de produção familiar. Dessa maneira, poderão fortalecer a produção em cadeia produtiva para inclusão das comunidades e recuperar atividades desenvolvidas nas propriedades rurais, de forma a aumentar a conectividade entre as áreas ocupadas, ampliando as condições de vida e permanência das populações no campo.

É nesse contexto que o PAN - Brasil para o SEMI-ÁRIDO se estabelece como um processo que não se esgota na formulação de um documento. O processo assume os princípios e premissas da Agenda 21 que, como instrumento de planejamento, mantém-se flexível às avaliações e ajustes constantes; como instrumento de participação, tem criado fóruns de

discussão abertos e democráticos; e como instrumento de formulação de planos estratégicos, tem construído cenários ecológico-econômicos em que a dimensão ambiental oferece as bases de sustentabilidade do futuro desejado coletivamente.

Concluimos que os princípios da Agenda 21 Global, as diretrizes da Agenda 21 Brasileira e a metodologia de Agenda 21 Local são instrumentos importantes na construção de cenários futuros de desejo coletivo. Devem ser aplicados para a construção e implementação do Programa Nacional de Combate à Desertificação, na perspectiva de promover mudanças necessárias para melhorar as condições da Região do Semi-Árido Nordestino e apontar o desempenho dos indicadores de crescimento na direção do Desenvolvimento Sustentável.

Texto elaborado por João Alfredo Telles Melo, mestre em Direito Ambiental, advogado, Deputado Federal do PT/CE, Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais e membro do Grupo de Trabalho Parlamentar de Combate à Desertificação da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.